

TEXTO 1

# CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE NOVA



**SÉRIE:** "colonialismo e luta de libertação dos povos africanos"



Libertar-se da dominação estrangeira não é o único desejo do nosso povo. Ele aprendeu pela experiência e sob a opressão colonial que a exploração do homem pelo homem é o maior obstáculo ao desenvolvimento e ao progresso de um povo, para além da libertação nacional.

Esse povo está determinado a participar activamente na construção de uma África nova, realmente independente e progressista, fundada no trabalho e na justiça social, na qual a potência criadora dos nossos povos, abafada durante séculos, possa encontrar a sua mais livre e construtiva expressão.

Estamos conscientes do facto de que a nossa vitória não será fácil. Temos uma experiência multiseccular sobre a natureza do nosso inimigo e as particularidades que o caracterizam em relação às outras forças colonialistas. Embora ele esteja isolado, não devemos esquecer que dispõe ainda de forças de destruição muito superiores às nossas e que, de maneira aberta ou secreta, é ajudado e sustentado por outras forças inimigas da liberdade e do progresso dos povos africanos.

Por isso, lutamos também contra o imperialismo mundial.

- Amílcar Cabral - "Partisans" nº 7, 1962

Para além da ofensiva armada, contra as tropas coloniais portuguesas, - a via para alcançar a libertação -, tem-se vindo a assistir, nas zonas libertadas, à estruturação duma vida nova e diferente das populações locais.

É uma organização nova, em que se dá valor ao homem, e onde este não é um objecto ao serviço do lucro. É uma sociedade onde se desenvolve a solidariedade, onde se constroem um futuro que não passe pela exploração do homem pelo homem, que não passe por formas mais ou menos dissimuladas de colonialismo.

Nos textos que se seguem, incluímos numa primeira parte declarações de Agostinho Neto (Presidente do MPLA) e de Amílcar Cabral (antigo Secretário Geral do PAIGC), acerca da luta contra o colonialismo, pela libertação total dos povos africanos. Numa segunda parte transcrevem-se notícias sobre a realidade nas zonas libertadas, sobre a construção de escolas e hospitais, sobre a administração da Justiça...

Que estes textos sirvam para distinguirmos entre o que são na realidade os Movimentos de Libertação, e as imagens que nos foram dadas através dos órgãos de informação, apresentando-os como grupos de terroristas que apenas sabem fazer a guerra, a "soldo de potências comunistas".

Que saibamos ver quais são os verdadeiros "terroristas" em África.

Que saibamos ver quais os partidos que se têm importado com as condições de vida das populações, que compreendamos que os Movimentos de Libertação são os "legítimos representantes da população", porque são os únicos que se confundem com a própria população local e os únicos que têm sabido defender os direitos daqueles povos.



A PROPOSITO  
DA  
RECONSTRUÇÃO NACIONAL

Agostinho Neto

Esta luta que nós desenvolvemos situa-se dentro da luta geral dos povos pela sua libertação completa para extinguir a exploração do homem pelo homem

A reconstrução nacional é um dos factores fundamentais da nossa Revolução. Saímos da noite do colonialismo para penetrar na claridade da Revolução. Abandonámos as formas tradicionais de organização social, com o objectivo de construir uma sociedade moderna e de pôr termo à exploração do homem pelo homem.

No nosso ponto de vista, construir um país não quer dizer simplesmente fazer casas ou abrir estradas, mas essencialmente, transformar a mentalidade do ser humano, afim de que ele se considere como um homem digno, útil à sociedade.

E principalmente sobre este aspecto que concentramos mais a nossa atenção. Para isso estabelecemos Centros de Instrução Revolucionária e incentivamos os nossos militantes e comissários políticos a trabalhar tanto no seio das populações como com os guerrilheiros. E isto com o objectivo preciso de transformara maneira de apreender os problemas e a forma de se comportar na vida; e de oferecer novas perspectivas ao nosso Povo.

Existiam, por exemplo, estruturas de organização tradicional, com chefes que eram ditadores poderosos. Essas estruturas foram, até um certo ponto, quebradas pelo colonialismo, mas alguns chefes foram mantidos, para recolher os impostos e recrutar à força os camponeses, para o trabalho forçado. Esses chefes eram chamados "sobas" e "sobetas".

Nas regiões libertadas continuamos a ter formas de organização tradicional. Há também diferenças entre os grupos étnicos que, apesar de já não lutarem uns contra os outros, conservam contudo, uma certa rivalidade e certas diferenças na vida social.

Devemos desenvolver um esforço considerável para fazer compreender a todos que pertencemos a uma entidade política, que não deveria deixar-se dividir em grupos tribais opostos.

Por outro lado, a nossa sociedade é muito subdesenvolvida, é uma sociedade na qual a indústria quase não existe, uma sociedade que vive literalmente o dia a dia, sem ver o progresso que se realiza no resto do mundo.

Por causa do colonialismo estamos muito isolados do mundo. São os colonistas que nos mantiveram neste isolamento.

Para sair do subdesenvolvimento, é absolutamente necessário elevar o nível de educação do Povo, o nível da sua consciência política e desenvolver o conceito de Nação, nas nossas populações. É necessário que se desenvolva em cada militante e em cada angolano, uma nova mentalidade.



A educação é um problema fundamental. Mais de 90% da nossa população é iletrada. Estes iletrados eram mantidos voluntariamente neste estado pelos colonialistas. Não foi senão a partir de 1961 que os colonialistas começaram precipitadamente a construir escolas, para mostrar ao mundo que desenvolvem o nosso país. Não foi senão recentemente que eles construíram escolas superiores, algumas escolas secundárias e técnicas, mas a grande maioria do nosso Povo não tem acesso a essas escolas. É pois a nós, o MPLA que cabe a tarefa de promover a instrução do Povo. Criámos um ensino secundário; gradualmente desenvolvemos a formação técnica e profissional dos nossos jovens. Este é um dos aspectos da reconstrução nacional ao qual prestamos uma grande atenção.

É a reconstrução nacional que torna os angolanos conscientes da necessidade de defender tudo o que conquistámos à custa do nosso sangue: a independência.

Depois da independência, haverá, bem entendido, muito mais esforços a fazer, para fazer do nosso país um Estado moderno. Devemos manter um alto grau de mobilização revolucionária de todo o Povo, para a realização das importantes tarefas do desenvolvimento do país. Não devemos imaginar que com a independência tudo virá ter connosco, sem esforços. "A nossa revolução está na etapa da luta pela independência nacional. Nós lutamos pela nossa liberdade e pela nossa dignidade. Nós lutamos para sermos homens, respeitados como cidadãos de qualquer país soberano. A nossa revolução não é uma cópia a papel químico de qualquer revolução. Nós respeitamos os princípios revolucionários daqueles que têm mais experiência do que nós; daqueles que já venceram esta etapa, daqueles que já se encontram num estágio mais avançado da luta revolucionária. No entanto nós temos em consideração as condições próprias do nosso país e temos em consideração as características históricas e sociais do nosso povo. No entanto esta luta que nós desenvolvemos situa-se dentro da luta geral dos povos pela sua libertação completa para extinguir a exploração do homem pelo homem, para acabar com as diferenças raciais ou outras diferenças que existem; nós lutamos também como lutam outros povos do mundo pela conquista da felicidade e do bem estar do homem e por isso mesmo nós não desprezamos os outros países, pelo contrário, nós procuramos cada vez mais ligar-nos a todos os povos do mundo sem discriminação dando uma especial atenção aos países e às organizações amigas". (Declaração de Agostinho Neto aos jornalistas após a conferência regional realizada no interior de Angola, em 25 de Agosto de 1968).

Será necessário trabalhar e trabalhar duramente. Esforços cada vez maiores serão necessários para preservar as conquistas da nossa luta actual e para avançar cada vez mais.

Concretamente, é evidente que a reconstrução nacional quer dizer estabelecer indústrias, aumentar a superfície de terras cultivadas, encaminhar os trabalhadores para novas tarefas.

A reconstrução nacional significa igualmente organizar a administração das populações, criar um organismo político bem organizado e bem implantado, para dirigir toda a luta.

Essa luta reveste várias formas e sobretudo levanta numerosos problemas, exigindo uma atenção quotidiana.

Mas, repito, o essencial para nós é a reconstrução do próprio homem, factor fundamental da nossa Revolução.



A GRANDE CONQUISTA:  
UMA SOCIEDADE NOVA

- Amílcar Cabral -  
ONU - Outubro de 1972

"O maior êxito do nosso combate é o facto de, ao mesmo tempo que nos batemos, termos sido capazes de começar a construir uma vida nova, política, administrativa, económica, social e cultural, nas regiões libertadas"

Para o nosso povo e para o seu Partido Nacional, o êxito mais importante da nossa luta não reside no facto de, a despeito das condições particularmente difíceis afrontadas pelo nosso povo, termos sido capazes de nos batermos vitoriosamente contra as tropas colonialistas portuguesas. O maior êxito do nosso combate é o facto de, ao mesmo tempo que nos batemos, termos sido capazes de começar a construir uma vida nova, política, administrativa, económica, social e cultural, nas regiões libertadas. É certo que é ainda uma vida dura, porque exige de nós muitos esforços e sacrifícios face à realidade de uma guerra colonial de genocídio. Mas uma vida cheia de beleza, porque é feita de trabalho produtivo eficaz, de liberdade, de democracia, da dignidade reconquistada do nosso povo.

Com efeito, estes dez anos de luta não só forjaram uma nação africana nova e sólida, como também fizeram nascer um homem novo e uma mulher nova, seres humanos conscientes dos seus direitos e dos seus deveres, no solo da nossa pátria africana. Podemos mesmo afirmar que o resultado transcendente da nossa luta, e que é ao mesmo tempo a sua força principal, é a consciência nova que caracteriza presentemente os homens, as mulheres e as crianças do nosso país.

E que ninguém se espante se ousamos afirmar que não nos sentimos orgulhosos pelo facto de em cada dia, e por força das circunstâncias criadas ou impostas pelo governo português, sucumbirem ingloriosamente grande número de jovens portugueses, sob o fogo dos nossos combatentes. Estamos orgulhosos, sim, da consciência nacional das nossas populações, da unidade do povo forjada na luta, do desabrochar simultâneo das culturas dos diversos grupos étnicos, das escolas, dos hospitais, dos postos sanitários que funcionam em pleno dia apesar dos bombardeamentos e dos assaltos dos colonialistas. (...) Estamos orgulhosos por ver milhares de adultos alfabetizados, por ver os camponeses utilizarem com primidos e outros medicamentos muito simples, mas que até aqui nunca tinham tido a sorte de conhecerem; por termos formado, no decurso da luta, 497 quadros superiores, médios e profissionais; pelo facto de neste momento 495 rapazes e raparigas frequentarem escolas superiores, médias e profissionais em países da Europa, enquanto 15 000 crianças escolarizadas frequentam 156 escolas primárias e 5 escolas secundárias, internas e semi-internas, onde o ensino lhes é ministrado por 251 professores e professoras.

Fazemos questão de reafirmar perante vós esta certeza: nenhuma força do mundo será capaz de evitar a libertação total do nosso povo e a conquista da independência nacional do nosso país. Reafirmamos igualmente o carácter indestrutível da unidade do nosso povo africano da Guiné e Cabo Verde, assim como a nossa determinação inquebrantável de libertar do jugo colonial e da ocupação militar portuguesa todas as parcelas do nosso território nacional.



O Estado da Guiné Bissau que a nossa Assembleia Nacional Popular vai proclamar, terá como objectivo principal a libertação total da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde do colonialismo. Ele fixa-se a tarefa grandiosa de unir essas duas parcelas do nosso território num Estado unificado e da "edificação de uma sociedade que crie condições políticas, económicas e culturais necessárias à liquidação da exploração do homem pelo homem e de todas as formas de sujeição da pessoa humana a interesses degradantes, em proveito de indivíduos, grupos ou classes". (art. 3º da Constituição).

- Aristides Pereira - na sessão inaugural da 1ª Legislatura

# GUINÉ-BISSAU

De 2 a 8 de Abril de 1972, três membros do Comité Especial dos 24 para a Descolonização visitaram áreas libertadas da Guiné-Bissau. A Missão enviada pelo Comité Especial a convite do movimento nacional de libertação, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), viajou quase sempre a pé, percorrendo 200 km entre 9 localidades diferentes. O fim da visita era assegurar informações em primeira mão sobre as condições nas áreas libertadas e averiguar as intenções e aspirações do povo no que respeita ao seu futuro. O texto que se segue sobre a Guiné, são partes do relatório escrito apresentado pela Missão ao Comité Especial.

## CONDIÇÕES EDUCACIONAIS

Segundo os chefes do Paigc, o desenvolvimento da educação é um dos objectivos prioritários no programa de reconstrução. Sob o regime dos portugueses, cerca de 99% da população era analfabeta e muito poucos africanos tinham acesso à educação para além da instrução primária. Em toda a Guiné-Bissau, segundo o PAIGC, havia apenas 14 africanos licenciados por uma universidade.

A política do PAIGC para as áreas libertadas pretende a eliminação rápida do analfabetismo, o estabelecimento de uma educação, tanto livre como obrigatória a nível do ensino primário e um programa para aprendizagem técnica e profissional.

Para além da luta de libertação foi posta em marcha uma intensa campanha cultural, na qual todos os que não sabem ler nem escrever, são chamados a participar.

O PAIGC tem também o mérito de ter estabelecido mais de 200 escolas espalhadas pelas áreas libertadas, com uma frequência superior a 20 000 alunos. Estas escolas são organizadas e administradas centralmente pelo PAIGC, o qual, entre outras coisas, fez um regulamento para a sua administração, pessoal docente e programas. As crianças só entram para a escola aos 10 anos por causa da dureza e dos riscos da escola no mato. O programa inclui os seguintes assuntos: história, geografia, língua portuguesa, ciências naturais, aritmética, ideologia do Partido e, para as raparigas, economia doméstica. A escola Arcolino Cruz ministra ensino cultural e artístico, o que foi observado pela Missão na apresentação em sua honra. A Missão ficou impressionada com o talento artístico das crianças e com o conteúdo profundamente moral e político do programa, cujo tema era a mobilização de massas e a guerrilha na Guiné-Bissau. A Missão é de opinião que se estas representações fossem feitas perante auditórios inter-



nacionais aumentariam grandemente a compreensão da situação geral nas áreas libertadas.

Embora a Missão não tivesse oportunidade de as visitar, foi informada que o PAIGC mantém escolas secundárias, como o internato de Sara, nas áreas libertadas. Estas escolas são presentemente reservadas aos alunos particularmente dotados ou aos filhos dos combatentes mortos em acção. Alguns estudantes seguem cursos universitários em outros países.

O PAIGC tem recebido substancial assistência de vários países, incluindo a Suécia e a República Democrática da Alemanha, que têm publicado livros de leitura e aritmética preparados pelo PAIGC para uso nas suas escolas. Também tem recebido assistência da UNESCO, a qual se ofereceu para publicar 20 000 livros de aritmética e, segundo o PAIGC, ofereceu material escolar num total de 64000 dólares.

Como a Missão pode observar, essa assistência satisfaz apenas uma pequena parte das necessidades das áreas libertadas, no que diz respeito à educação.

CONDIÇÕES DE SAÚDE

Os princípios básicos que governam a organização dos serviços de saúde nas áreas libertadas estão estabelecidos nas Instruções Gerais do PAIGC. O principal objectivo é o de proporcionar serviços de saúde, primeiro aos combatentes, e depois à população em geral. Os serviços médicos estão sob a direcção do comando militar do PAIGC.

As instalações já estabelecidas consistem num hospital central em cada uma das 3 regiões, hospitais mais pequenos a nível de sector e centros de saúde localizados nos sectores, cada um dos quais agrupa 3 ou 4 aldeias. Além disso, equipas sanitárias visitam frequentemente as aldeias, levando assistência médica aos doentes que não podem deslocar-se, evacuando outros para os centros de saúde e hospitais, e instruindo os nativos sobre higiene e puericultura. (...)

De vez em quando o PAIGC empreende vacinações em grande escala na população local; em 1971, por exemplo, uma campanha de vacinação conseguiu proteger a população das áreas libertadas de uma epidemia de cólera que tinha alastrado nas regiões vizinhas da República da Guiné e do Senegal.

Foi dito à Missão que, no entanto, os serviços de saúde lutavam com uma séria falta de equipamento médico e de remédios, especialmente antibióticos, remédios contra as parasitoses e vacinas. Tinham também falta de vitaminas e de leite. A vacinação é dificultada por falta de frigoríficos. Não há electricidade nas áreas libertadas, mas esperam obter brevemente refrigeradores portáteis indispensáveis nas campanhas de vacinação. Outra dificuldade está nos transportes. Não é fácil transportar pessoas seriamente feridas ou doentes, durante o dia ou a noite, para o hospital de Boké ou para os hospitais das outras áreas.

O treino do pessoal médico era também uma grande preocupação. Presertemente, alguns médicos estão a especializar-se no estrangeiro, aproveitando ofertas feitas ao PAIGC. As enfermeiras recebem treino básico acelerado nos 3 hospitais principais e são depois mandadas para o estrangeiro para se especializarem ou seguirem um curso de um ano que completa os estudos de carácter geral. A fim de obterem a qualificação de ajudantes médicas, as enfermeiras frequentam um curso de dois meses, nos centros das áreas libertadas, depois do que são colocadas nos centros de saúde no interior do país. A senhora Satu Djassi, por exemplo, que tirou o curso de enfermagem e é agora responsável pela saúde pública em Cubucaré, explicou à Missão que o seu treino tinha consistido em um ano num hospital do PAIGC na República da Guiné e depois num curso de um ano em Kiev, na Rússia.



O sistema jurídico, nas áreas libertadas, baseia-se num texto adoptado em 1966, mas só aplicado completamente em 1969. Essencialmente, há 3 tribunais e, além destes, há um tribunal especial temporário. A nível mais baixo, há os tribunais das aldeias, cada um dos quais é constituído por 3 nativos escolhidos pelos seus pares. A competência dum tribunal de aldeia restringe-se a disputas e pequenos roubos e as sentenças baseiam-se no direito consuetudinário tradicional. Nos diferentes sectores, o papel do tribunal da aldeia (segundo Fidelis Almada, Secretário de Justiça do PAIGC, que estudou em Portugal e exerceu advocacia em S. Paulo - Brasil) consiste em manter a ordem entre os nativos. Podem ser aplicadas multas, e se a pessoa não paga multa pode ser obrigada pelo Partido a fazer determinada espécie de trabalho. Os tribunais de aldeia não têm poder para aplicar penas de prisão. Os leaders do PAIGC explicam que o Partido não tem prisões, não só por motivos económicos, mas também porque considera preferível a reabilitação. (...)

Ac explicar à Missão o sistema jurídico, Fidelis Almada, disse que os tribunais eram independentes do Partido e das forças armadas; como exemplo citou um caso de uma pessoa que, tendo sido acusada de espionagem, pelo serviço de segurança, foi no entanto absolvida por falta de provas. Todas as audiências são públicas e o acusado pode tomar a sua própria defesa ou ser representado por uma pessoa da sua escolha, ou então o representante da Secretaria de Justiça pode defender um acusado ou pode designar um habitante da aldeia que ache competente para esse fim. (...) Almada disse à Missão que o problema que mais preocupava o seu departamento era a preparação de um código penal civil para a Guiné-Bissau. Disse que o código seria de inspiração popular e basear-se-ia nos costumes e valores africanos. Seria, no entanto, um instrumento de combate contra certas práticas indesejáveis, como o casamento forçado.

### RECONSTRUÇÃO DA ECONOMIA

A política do PAIGC nas áreas libertadas está empenhada em eliminar todos os vestígios da organização económica e da exploração, impostas pelos portugueses, substituindo-as por um novo sistema económico adaptado às necessidades do país. Como a economia das áreas libertadas é essencialmente agrícola, isto leva ao abandono da cultura exclusiva do amendoim, que era a principal do país, e à diversificação da agricultura para suprir as necessidades locais. A diversificação das culturas tem protegido, apesar dos constantes bombardeamentos e destruição de culturas feitos pelos portugueses. O PAIGC estabeleceu centros de demonstração para instruir os nativos nas técnicas de culturas diversificadas, trabalhos agrícolas colectivos, etc., e está a esboçar-se um sistema de cooperativas agrícolas. As principais produções são amendoim, arroz, óleo de palma, borracha e cera.

O comércio é feito na base da troca de géneros, a concorrência à portuguesa já não se usa. Os armazéns do povo, organizados pelo PAIGC, encontram-se espalhados pelas áreas libertadas e ali os nativos podem trocar os seus produtos por outros de primeira necessidade, tais como roupas, utensílios de cozinha e outros produtos manufacturados, que muitas vezes são ofertas feitas ao PAIGC por países estrangeiros e organizações internacionais. A produção local acumulada nos armazéns do povo é utilizada para suprir as necessidades do exército de libertação e para distribuição em regiões onde há falta; o excedente é exportado para os países vizinhos. O PAIGC exporta arroz, cera de abelha e peles de crocodilo.



Na falta de dados sobre Angola, passamos a dar alguns números referentes a Moçambique. Estas notícias são de 1972 e encontram-se publicadas em "Mozambique Revolution". Os dados sobre Angola que possuíamos eram anteriores a 1971, pelo que preferimos não os apresentar.

# MOÇAMBIQUE

## EDUCAÇÃO E ESCOLAS

Os investimentos no campo da educação deram bons resultados nomeadamente em Nyassa Oriental. Acabamos de inaugurar mais duas escolas, uma em Marrupa e a outra em Lugenda. A escola piloto é frequentada por 166 alunos. O ano passado (1971) tinha aproximadamente 100 alunos, dos quais 88 fizeram exames; 29 passaram para a 2ª classe, 20 para a 3ª, 10 para a 4ª e 29 chumbaram. Como ainda não temos professor para a 4ª classe em Nyassa Oriental, mandámos para o Campo de Tunduru 6 dos 10 que terminaram a 3ª classe. Escolhemos os 6 melhores enquanto os outros 4 após um estágio de pedagogia, começaram a ensinar aos da 1ª classe. Isto permite-lhes continuar a sua aprendizagem ensinando e mais tarde farão a 4ª classe.

O papel de professor é difícil, pois estes são igualmente responsáveis pelos programas culturais, participam na acção armada em casos de necessidade, dão concelhos de higiene e saúde pública às populações, organizam as várias actividades na escola, etc. Além do Centro Piloto, possuímos mais 11 escolas em Nyassa Oriental.

## A ASSISTENCIA SOCIAL

No domínio da assistência social um dos primeiros problemas que tentámos resolver, foi o dos orfãos de guerra ou os filhos daqueles cuja situação não lhes permitia dar-lhes atenção. Aqui o caso era grave, e esta gente estava condenada a empregar-se como trabalhadores manuais, muito mal pagos. Era esta a tradição em Nyassa Oriental, antes da guerra. (...)

Começámos com 8 crianças. De princípio tivemos problemas, porque a população não compreendia a importância do Centro... mas pouco a pouco foram percebendo.

As primeiras crianças tinham 8 a 10 anos de idade e como já estavam em idade de escola, mandámo-las como internos para a Escola Piloto. Agora temos no Centro crianças só até aos 7 anos e nesta idade são transferidas para a escola. A dificuldade principal, reside na falta de alimentos, principalmente leite para as refeições. Temo-nos aguentado, com algumas ajudas que vêm do exterior.

A FRELIMO dispensa uma atenção especial aos inválidos e doentes (...).

No que cabe aos militares mutilados, mas não totalmente inválidos, tentamos reabilitá-los socialmente, mas ainda não estamos em condições de criar centros de reabilitação. Mandamo-los para zonas mais sossegadas, onde vão à escola, fazem tratamentos no hospital ou integram-se em centros de artesanato. Aí, participando no trabalho geral, aprendem a ler e a escrever e podem ainda receber uma formação elementar como enfermeiros, ou aprendem uma profissão ligeira.



(...) Os serviços de saúde da FRELIMO têm programas preventivos e curativos: os primeiros comportam uma campanha permanente de educação sanitária realizada em todas as regiões libertadas, com a participação activa de todas as instâncias da organização, e não somente pelos serviços de saúde - bases militares, comités de aldeia, escolas, etc. Durante as férias, os alunos das escolas partem para o campo acompanhados dos instrutores e munidos com manuais de educação sanitária, ensinam o essencial sobre prevenção contra as doenças infecciosas, mais importantes na zona tropical. Os doentes internados nos hospitais recebem também uma preparação que os ajuda a tornarem-se no regresso, agentes activos da educação sanitária.

Os Serviços de Saúde organizam também campanhas de vacinação aos militantes e às populações dos aldeamentos inimigos, onde as condições sanitárias das populações concentradas, é mais que precária e as epidemias muito vulgares.(...) A maior dificuldade advém da falta de equipamento apropriado, para estas campanhas, como vacinas e frigoríficos.

Também no aspecto da prevenção sanitária, isolam-se os doentes com doenças contagiosas, como leprosos para os quais foi criada uma leprosaria na Província de Nyassa.

Conseguimos baixar parcialmente a taxa de mortalidade infantil, mercê de duas causas principais: o tétano umbilical e o paludismo pós-natal. Outras causas como a falta de alimentação apropriada, só podem ser eliminadas a longo prazo, melhorando a dieta dos recém-nascidos e desenvolvendo as cheques, trabalho em que se ocupa em larga escala o departamento Feminino do Exército de Libertação.

A medicina curativa é assegurada pelas instalações sanitárias instaladas nas zonas libertadas. O primeiro hospital provincial foi inaugurado na Província de Cabo Delgado em 1968, seguida da criação ainda durante o mesmo ano de dois outros hospitais regionais móveis, nas regiões ocidental e oriental da Província de Nyassa; mais tarde foi criado o hospital regional da região sul desta província.

Estes hospitais, que constituem os centros sanitários principais asseguram o apoio a postos sanitários de menor importância, já criados. São os Postos Médicos de Distrito e os Postos de Primeiros Socorros fixos ou móveis. A implantação destas instalações depende da densidade da população: assim por exemplo nas regiões oriental e ocidental da província de Nyassa temos:

- 1 Hospital Central Regional
- 7 Postos Médicos de Distrito
- 9 Postos de Primeiros Socorros
- 1 Leprosaria

enquanto na Província de Cabo Delgado onde a densidade populacional é muito mais elevada, temos:

- 1 Hospital Central Provincial
- 17 Postos Médicos de Distrito
- 60 Postos de Primeiros Socorros

O efectivo de pessoal sanitário e médico nesta Província, oscila entre 320 e 340. Se nos lembrarmos que em 1968 a totalidade do pessoal dos Serviços de Saúde, não passava dos 400, podemos ter uma ideia do progresso que se tem feito. (...)

Com o desenvolvimento da guerra e a extensão das zonas libertadas, faziam sentir falta dum hospital no exterior que pudesse ao mesmo tempo funcionar como centro de formação.

A 16 de Junho de 1970, dez anos depois do massacre de Mueda, onde seiscientos moçambicanos, foram assassinados a sangue frio pelas tropas portuguesas, o Presidente da FRELIMO inaugurava o hospital Dr. Américo Boavida, cujo nome fazia lembrar o primeiro médico angolano, morto no campo de combate. Com um pessoal de 37 elementos entre os quais 2 médicos, um dos quais cirurgião, o hospital Dr Américo Boavida, trata permanentemente dezenas de doentes nas suas enfermarias e secções laboratoriais, farmácia, bloco operatório, consulta externa. (...)